



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

PROTAGONISMO FEMININO E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO CARIRI CEARENSE

Tania Maria Rodrigues Lopes – UECE/CECITEC³⁹⁶
Maria Juraci Maia Cavalcante. UFC/FACED³⁹⁷

RESUMO

Este trabalho se constitui um fragmento da tese de doutorado defendida em 2015, na Faculdade de Educação/Universidade Federal do Ceará, Linha de História da Educação Comparada, tem como objetivo caracterizar o protagonismo feminino no contexto das referências históricas, dos referenciais que orientaram a criação e organização de instituições educacionais para formar professores, os métodos e experiências desenvolvidas no Cariri cearense pelas escolas, Colégio Santa Teresa de Jesus – CSTJ, na cidade do Crato, a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – ENRJN. Com base em pesquisa de natureza qualitativa apoiada em estudo bibliográfico, documental e na história de vida das protagonistas procurou-se identificar os referenciais e modelos aplicados às práticas formativas. A pesquisa bibliográfica fonte de inspiração nesse estudo, teve apoio nos estudos desenvolvidos por Cavalcante (2009, 2011), Manoel (2010), Silva Júnior (2016), Almeida (2007), Del Priore (2011), Araújo (2011), Meihy e Holanda (2007), Louro (2011), Nóvoa (2012) dentre outros igualmente valiosos para compreender o feminino e da formação de professoras. Os dados indicam que a função de ensinar, especialmente para as primeiras séries de escolarização no período de investigação 1923-1970, constituiu-se historicamente como função feminina. As instituições representam um marco na historiografia da educação no Ceará e no Brasil, por suas peculiaridades, sendo uma criada e mantida pela Diocese do Crato e outra pioneira na formação de professores para áreas rurais. Os documentos e testemunhos indicam que as instituições tinham perfis baseados nas modernas técnicas pedagógicas, a exemplo, a utilização da imprensa pedagógica formativa e de circulação do trabalho institucional.

PALAVRAS-CHAVE: protagonismo feminino; formação de professoras; cariri cearense.

INTRODUÇÃO

Tomo de empréstimo as palavras do autor Eduardo Galeano para abordar, inicialmente, a experiência de pesquisa vivenciada durante o doutorado em Educação Brasileira, na Faculdade de

³⁹⁶Email: Tania.lopes@uece.br

³⁹⁷Email: Juraci.cavalcante@ufc.br



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Educação da Universidade Federal do Ceará, quando ele afirma “[...] A memória guardará o que valer a pena. A memória sabe de mim mais que eu; e ela não perde o que merece ser salvo (s/d)”.

Começamos por falar da memória de mulheres Caririenses, que escolheram a docência como opção de vida e profissão. As memórias afetivas das mulheres, que estudaram nas escolas pesquisadas, Colégio Santa Teresa de Jesus – CSTJ e Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – ENRJNconstituíram-se o fundamento principal para reconstituir, na história da educação do Ceará, aspectos da formação de professoras. A história das duas instituições foi reconstituída, para além das narrativas coletadas no fluxo da voz de ex-alunas e ex-professoras, por meio de técnicas da pesquisa de natureza qualitativa, estudo bibliográfico e documental.

Assim, objetivando uma sistematização da pesquisa buscou-se organizar as referências históricas, os referenciais que orientaram a criação e organização de instituições educacionais para formar professores, os métodos e experiências das práticas desenvolvidas no Cariri cearense pelas escolas pesquisadas, para extrair uma explicação sobre o processo de interiorização da formação para o magistério no Estado Cearense, considerando que esta foi uma ação inspirada no reformismo educacional da década de 1920, por meio da profissionalização docente qualificada e determinada em marco legal vigente, garantindo, assim, oferta do ensino primário a maior contingente da população das cidades do interior cearense e estados circunvizinhos.

Dentre as várias inquietações que motivaram a pesquisa destaca-se: Em que modelos / referenciais, as diretoras das escolas criadas naquela região, se inspiraram para formar o magistério do Cariri cearense? Na trajetória da pesquisa muitos fatos importantes foram identificados, formar professoras foi um grande marco para a história local, num cenário marcado por instabilidade econômica, social e política, atravessada por visão preconceituosa em relação a participação social, política e educacional da mulher.

Nesse contexto, o texto que ora apresentamos está organizado pelas considerações da introdução, marcos históricos do protagonismo feminino na educação, caracterização da metodologia aplicada ao desenvolvimento da pesquisa, aspectos delineadores dos percursos e processos formativos – da capital para a interiorização da formação de professoras, encerrando com as considerações de fecho e as referências bibliográficas.

2. Marcos históricos do protagonismo feminino na educação

A estrutura das relações de poder determina e filtra muitas construções de nossas vidas como mulheres. Essa estrutura determina e define formas de organização social, laboral, educacional orientada por expectativas que emoldura concepções do que devemos nos tornar, como



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

devemos nos comportar, quais os limites da nossa participação social, o que e como devemos ter acesso ao conhecimento, quais os limites da nossa atuação profissional, dentre outras. A temática do feminino vem ganhando importância e desafiando a produção do conhecimento. Como ressalta Del Priore (2011, p. 07):

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

A história das mulheres no Brasil, ao ganhar centralidade, tem provocado pesquisas confiáveis e bem documentadas. Essas histórias incluem outras temáticas, sobretudo no que diz respeito às suas aspirações e realizações, suas construções e derrotas, seu apego ao passado e seus projetos de futuro. Durante muito tempo submissa e reprimida em seus projetos e desejos, a mulher conquistou, gradativamente, seu espaço no cenário social e laboral.

A começar pelo adestramento da sua sexualidade, o controle massivo sobre seus desejos, segundo Araújo (2011) “ler e escrever pressupunha um mínimo de educação formal, o que podia realizar-se em casa ou em recolhimentos, vida conventual, em ambiente de clausura”. Relativo à sua educação e formação, o “programa de estudo destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira e leve” (*idem, ibidem*, p. 50).

Alguns estudos realizados produziram visões estereotipadas sobre as mulheres em relação à matriz de opressão que existe em sua vida diária. Por isso tornou-se necessário estudá-las em seus próprios contextos e cotidiano, na perspectiva de desvelá-las em sua totalidade, desvendando a sua racionalidade e subjetividade, em uma conduta de isenção de concepção e análise.

Mesmo considerando os avanços nas relações sociais, educacionais e laborais, as mulheres ainda são as principais vítimas no tecido social, de uma cultura que preserva uma **sociedade patriarcal**³⁹⁸ por natureza, e machista por acomodação. Moraes (2002, p. 9) observa que as mulheres se obrigam a essa condição para “preservar o casamento, o grande amor que sentem por seus parceiros, mas na maioria das vezes é um amor que exige anulação, silêncio e, por conseguinte, passividade”.

A historiografia revela que muitos direitos foram negados às mulheres, sobretudo o acesso ao conhecimento escolar, à formação e os bens amealhados pela família, como observa Araújo (2011, p. 68):

³⁹⁸Foi criada praticamente desde os primórdios da existência humana. Em sua forma mais primária, o patriarcado apareceu como um estado arcaico. A unidade básica da organização do patriarcado é a família, que constantemente geral os valores e normas do patriarcado (MORAES, 2002, p. 21).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Muitas vocações religiosas eram decididas pelo pai, ou porque ter filha em convento significava ostentar certa posição social, ou porque no convento a filha não herdaria o que se destinava ao filho varão. A filha recolhida como religiosa seria a proclamação pública da religiosidade da família.

Os vestígios produzidos para a feitura da história assinalam que as transformações urbanas e no estilo de vida repercutiram em mudanças no cenário familiar, o elemento instrução e formação ganhou significado, remetendo às mulheres certa liberdade há muito tempo almejada. A formação favorecia, além do exercício profissional remunerado, uma moeda de troca nos conchavos políticos e arranjos matrimoniais. Segundo D’Incao (2011, p. 228):

O desenvolvimento das cidades alterou substancialmente a conduta e participação da mulher no cenário social, obrigando-as a comportar-se em público, a conviver de maneira educada, a demonstrar domínio sobre as regras para bem receber e representar diante das visitas. O casamento entre famílias ricas e poderosas politicamente era usado como moeda de troca na ascensão social ou manutenção de status.

A instrução ampliada no contexto da Nação focada nas “sendas do progresso” vai encontrar na mulher a grande aliada para o desenvolvimento de um projeto político e pedagógico em sintonia com os interesses e objetivos do Estado. De acordo com estudos desenvolvidos por Louro (2011, p. 446):

As concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. Poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou ambiguidades. As mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios.

A educação da mulher foi sendo planejada e desenvolvida em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. Sua educação continuava a ser justificada por seu destino de mãe. O magistério foi à forma de inserir as mulheres no cenário laboral, sobretudo porque os homens começaram a abandonar as salas de aula em razão da desvalorização salarial e desprestígio social.

Guiadas por valores centrados na compreensão do magistério como sacerdócio, disseminado pela igreja Católica, as mulheres foram abraçando causas humanitárias e sociais, colocando-se a serviço do atendimento de várias demandas, sobretudo no campo da educação, viabilizando o atendimento da ampliação da oferta de vagas no sistema público de instrução.

As diretrizes de sua formação foram sendo modificadas para atender as novas demandas sociais e produtivas. Louro (2011, p. 450) observa que “a saída dos homens das salas de aula legitimava a entrada das mulheres nas escolas, ansiosas para ampliar seu universo, restrito ao lar e à Igreja, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um sacerdócio do que como uma profissão”.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Esse fenômeno vai legitimar a feminização do magistério, pois o exercício profissional docente deu autoridade moral às mulheres, assim como passaram a adquirir um conjunto de papéis de ordem social, política, religiosa, emocional. Os avanços profissionais e a penetração cada vez mais acentuada no cenário social modificou relações e instaurou a essencialidade do trabalho feminino para o desenvolvimento de setores estratégicos da Nação.

3. Trajetórias e desdobramentos da pesquisa

A pesquisa explorou arquivos de instituições privadas, levantamento e organização de informações e dados relativos aos processos vivenciados pelas escolas pesquisadas. Os arquivos consultados eram vinculados, em grande maioria, ao patrimônio eclesial, sobretudo, porque eram instituições vinculadas às congregações religiosas. A pesquisa, na essência, objetivava compreender os caminhos de implementação de instituições escolares, voltadas para a formação de professoras, na perspectiva de identificar as influências recebidas de outros referenciais transplantados do Sul e Sudeste do País, bem como, das instituições sediadas em Fortaleza.

A bibliografia consultada sobre o tema revelou que os documentos localizados nos arquivos foram produzidos com finalidades específicas, para atender várias demandas de informações públicas ou particulares. Assim, o arquivo, considerando a essencialidade de sua conservação e preservação para a escrita da história, não pode ser considerado estoque de papel velho, material de baixo interesse ou pouca utilidade, pois sua função é guardar toda documentação produzida por pessoas que integram instituições públicas e/ou privadas e, principalmente, fornecer aos pesquisadores e interessados, as informações e dados necessários à reconstituição histórica de determinados fenômenos ou fatos.

Ao desenvolver a pesquisa objetivando recorrer-se, incansavelmente, em Fortaleza e na Região do Cariri cearense, a arquivos públicos e privados, com destaque para o Arquivo Público do Ceará, Hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Centro de Documentação Escolar da Secretaria de Educação do Ceará – SEDOC/SEDUC, Secretaria Escolar do Colégio Imaculada Conceição, Centro de Recolhimento das Irmãs Doroteias/Condomínio Espiritual Uirapuru, Centro de Documentação da Cúria Diocesana do Crato, Centro de Documentação do Colégio Santa Teresa de Jesus – CSTJ, Memorial Padre Cícero, Centro de Memórias da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte - ENRJN.

As instituições escolares pesquisadas constituíam razão social privada, orientadas ideológica e pedagogicamente pela Igreja Católica. Os arquivos e documentos das mesmas, sob a preservação da Igreja, encontravam-se com razoável nível de organização, todavia, os protocolos e autorização



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

para o acesso e exploração foram mais complexos, por vezes limitados, o que de certa forma comprometeu uma reconstituição centrada no tecido documental das instituições. Assim, diante da limitação imposta quanto ao acesso aos documentos, o percurso para a reconstituição da historiografia institucional se baseou na metodologia da história oral, mediante recolha e tratamento das histórias de formação, exercício e desenvolvimento profissional docente de ex-alunas das instituições investigadas no Cariri cearense.

Como alerta Nóvoa (2012, p. 10) ao historiar um fenômeno ou fato, o historiador, com as possibilidades de sua formação e do campo de investigação deverá ser capaz de “pensar a história, interrogando os problemas do presente por meio das ferramentas do seu próprio ofício”. Observa ainda este pesquisador que, enquanto ofício ou exercício, o historiador da educação “deve ser capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia”.

Seja por abordagem qualitativa ou quantitativa, as pesquisas produzem algumas inquietações, dúvidas, evidências em forma de respostas, que o presente nemsempre consegue esclarecer, logo, remete fazer, por procedimentos específicos, um retorno ao passado. O recuo ao passado no percurso desta pesquisa se dará pela utilização consorciada de documentos, enquanto memórias impressas, que legitimam a ação institucional e as memórias narradas, como recurso de dar voz aos sujeitos envolvidos, direta e indiretamente, com as educadoras, no sentido de preservar os significados da história de mulheres que protagonizaram um tempo com suas respectivas marcas.

Aplicar-se-á também o recurso da história oral não apenas “para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e, até para complementar outros documentos” (Meihy e Holanda, 2007, p. 24), mas pela essencialidade de dar voz aos sujeitos na reconstituição das experiências. A exploração da fonte oral observa que a memória é a vida, sempre trazida por grupos ou sujeitos individuais, em “evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações [...] a memória é um fenômeno sempre atual” (Nora, 1993, p. 7).

A utilização consorciada dos documentos enquanto memórias que possibilitam legitimar a ação institucional e as memórias narradas como recurso de dar voz aos sujeitos participantes, no sentido de preservar os significados da história de um tempo e de suas instituições, remete à compreensão da história como uma construção que,

[...] ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade,



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória (JUCÁ, 2002, p. 114).

A recolha das histórias contadas sobre a vida, a formação e o trabalho das educadoras tornarão possível, pela potencialidade da entrevista de pesquisa, como uma técnica livre, aberta e em profundidade, deixar lugar para outras histórias e, até mesmo, para uma possível ausência do narrador. A recolha da história de vida de um indivíduo único ou de múltiplos personagens tem sempre como prática essencial a entrevista (POIRIER; CLAPIER-VALLADON, 1999).

4. Aspectos de percursos e processos da formação docente no Brasil, Ceará e Cariri cearense

A formação de professores, ao longo do século XX sofreu importantes transformações, seja de natureza teórica, com inspiração nos moldes europeus, sobretudo com a chegada, em várias partes do território nacional, das congregações religiosas, que fugiam dos conflitos naqueles territórios. Ou do ponto de vista metodológico, com as definições sobre como o professor deveria ser ou fazer a sua prática. A preocupação inicial era garantir uma formação mínima aos professores, de forma que pudessem atender às demandas da instrução básica, no percurso das mudanças de diretrizes e políticas de formação.

Os estudos disponíveis sobre a profissionalização docente, por meio das Escolas Normais, Institutos de educação e Universidades, a partir de meados do século XIX e, por todo o século XX são marcados por narrativas que assinalam idas e vindas, avanços e recuos, continuidades e rupturas de muitos planos, programas e projetos que anunciam a sucessão de experiências e iniciativas. Modelos em disputas indicam uma queda de braço envolvendo a Igreja Católica e o Estado, em busca do professor ideal para uma escola primária, que se materializava de forma precária e insuficiente. De acordo com estudos desenvolvidos por Silva Júnior (2016, p. 23):

A profissão de professor, se assim pudermos denomina-la tem sido historicamente marcada pela subordinação do seu exercício aos saberes exteriores. A visão linear, considerando os avanços e recuos reduz o processo educacional à difusão e transmissão do conhecimento existente, impedindo que o professor se constitua como um produtor de saberes, como intelectual reflexivo capacitado a sistematizar o saber próprio de sua experiência e dele a fonte de sua identidade profissional.

Segundo Almeida (2007, p. 15), no princípio, a formação era fortemente determinada pelos interesses e ideário da Igreja Católica e do Estado, com a ideia de que novos modos de ser mulher e homem precisavam ser construídos. Assim, mediavam os processos de profissionalização orientando que “a religião deveria edificar regras e valores, ditar hábitos e costumes, normatizar corpos e esculpir mentes. [...] A educação representa um veículo pela qual a cultura e a religião alicerçam seus valores e transmitem a ideologia de uma época.”

A forte importância da religião na vida cotidiana contribuiu para que os mecanismos de subordinação e opressão feminina se mantivessem inalterados ao longo dos séculos, sobretudo nos



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

processos formativos para exercício do magistério. Mesmo com um projeto modernizante em curso, predominava em todo o País, a criação e organização de instituições escolares sob a responsabilidade de congregações religiosas, consolidando a atuação das mesmas como importante marco das primeiras experiências no Brasil, que de certa maneira contribuiu para o desenvolvimento da instrução básica da população. No que tange a educação feminina, enquanto o conjunto das forças produtivas procurava avanços, a Igreja e o Estado ditavam regras de formação que assinalavam retrocessos, como destaca Manoel (2010, p. 53):

[...] Se a educação escolarizada, considerada globalmente, é um projeto social, esse projeto comporta dois momentos concomitantes. Primeiro, o momento da definição de seus objetivos; segundo, em consonância com o primeiro, são as doutrinas que o informam. [...] A educação feminina propunha-se a dar lições de leitura, escrita e de prendas domésticas.

As reformas e ações efetivadas pelos governos do período foram ampliando a oferta de instrução pública e apontando a essencialidade do trabalho feminino. Segundo Almeida (2007, p. 89) a atuação da mulher no magistério, “pela especificidade do cuidado com o outro”, passou a representar uma das maiores oportunidades e, ao mesmo tempo, uma conquista “por ser uma profissão considerada adequada às mulheres no desempenho do papel de regeneradoras da sociedade e salvadoras da pátria, além de ser o exercício profissional aceito pela sociedade”.

O acesso à educação e a possibilidade de exercerem uma profissão representou um avanço, muito embora, a educação desenvolvida para as mulheres, na estrutura do currículo das Escolas Normais continuou um prolongamento da educação familiar, com base nos conhecimentos das áreas Economia Doméstica, Música, Puericultura, Culinária, Etiqueta e similares, voltando-se para uma formação refinada, pois o objetivo maior era um ‘bom matrimônio’ conciliando os interesses da Igreja, cujo objetivo era “controlar mentes e corpos” e, da família, que percebia nestes acordos matrimônios, oportunidades de barganhas político-eleitorais (ALMEIDA, 2007).

No contexto do reformismo de primeiro ciclo, que ocorria em todo o Brasil, Cavalcante (2009, p. 10) destaca que, no Ceará, sob a liderança de intelectuais e a participação do prof. Lourenço Filho, a ideia de formar professores, no contexto do modelo de desenvolvimento nacional objetivava “espalhar, por toda a parte, e especialmente entre as normalistas, a semente das novas ideias e dos novos moldes de ensino. Registra, ainda, que sua ação teve como finalidade ensinar às professoras a dar aulas e formar o espírito para a profissão docente.”

Assim, a experiência cearense, quanto a consolidação de processos formativos para a docência, no projeto reformista liderado por Lourenço Filho, que influenciaria na criação das instituições Caririenses é resultado, na análise de Cavalcante (2009, p. 19):



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

O seu conhecimento pedagógico acumulado em anos de leitura e estudo. [...] claro alinhamento teórico com as ideias da chamada Escola Ativa, em oposição ao tradicional ensino verbalístico. Em tudo, vê-se a recomendação pela realização da experimentação, por meio de atividades de investigação científica das coisas estudadas, que devem ser praticadas para serem bem entendidas [...] *que é que se faz e como se faz, para depois fazerem elles próprios*. [...] exposições acerca de uma nova metodologia de ensino.

As iniciativas de formação já em execução na cidade de Fortaleza, por meio do Colégio Imaculada Conceição – CIC e do Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração – CNSSC, reconhecidas e validadas por este educador, serviriam de orientação para a criação das instituições no Cariri, considerando que as diretoras, Madre Ana Couto – CSTJ e, Amália Xavier de Oliveira – ENRJN viveram experiências formativas diferenciadas nestas instituições da capital.

4.1 Instituições escolares do cariri cearense – O CSTJ e a ENRJN

A história do Cariri cearense, precisamente das suas duas maiores cidades, traz suas especificidades, sem perder de vista as tensões envolvendo a Diocese do Crato, com relação ao fenômeno do milagre de Juazeiro, a própria experiência eclesial e política do Padre Cícero. Experiências bem diversas tiveram essas duas cidades, no que se refere à educação escolar feminina quando se atenta para o fato de que no Crato, em 1923, D. Quintino criava o primeiro colégio, o (CSTJ), fora da Capital, Fortaleza, para instruir mulheres e formar professoras, observando o marco regulatório em vigor. Mais tarde, em 1934, lideranças políticas apoiadas pelo Padre Cícero fundavam, em Juazeiro do Norte, a ENRJN, pioneira na formação de professores para escolas rurais no Brasil.

Para aquela sociedade, assim como nas demais regiões do País, a educação das crianças deveria ser desenvolvida por mulheres, de forma que os homens se ocupassem de outras questões ‘mais importantes’ do ponto de vista da organização social, como as atividades relacionadas à produção agrícola, a indústria caseira e artesanal, o comércio, a política.

Os processos de aprendizagem teriam, no projeto de sociedade modernizada/civilizada, no Brasil e no Cariri cearense, papel primordial na construção de uma nova era, sobretudo pela configuração de uma nova forma de ver o mundo, pautado na racionalidade e no progresso, ou seja, voltada ao futuro e não mais a preservação (PIRES, 2009).

A criação da ENRJN, em 1934, tem fundamento político e pedagógico em projeto idealizado por Moreira de Sousa e outros defensores do ruralismo, como saída para o incipiente progresso da nação brasileira, assegurar educação em *locus* próprio a sua realidade, era uma forma de promover a integração social, sobretudo do homem do campo, por meio de uma escola, “ajustada à sua natureza, à sua psicologia, às suas necessidades e às suas aspirações” (SOUSA, 1950, p. 10).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Nos primeiros anos da ENRJN, segundo Araújo (2006), muitos foram os discursos exaltando o pioneirismo juazeirense, a coragem daquelas lideranças em abraçar um projeto tão necessário ao Brasil, como destacado na fala de Oliveira, por ocasião do marco oficial de funcionamento da instituição:

O homem para viver não precisa somente aprender a ler, escrever e contar. A escola que convém é aquela que dá ao homem os meios para viver em seu ambiente, melhorando-o, desenvolvendo-o, orientando suas condições de vida. Enfim é a escola de acordo com a região a que deve servir. Esta era a escola sonhada por Moreira de Sousa para o Ceará e, que foi realizada por Plácido Castelo no Juazeiro (OLIVEIRA, 1934, p. 18).

No cenário de experimentos e inovações pedagógicas, sobretudo aplicadas à formação de professores, a imprensa escolar foi um recurso utilizado tanto pelo CSTJ, por meio do periódico, *A Voz de Santa Teresa*, através do qual era divulgada toda a dinâmica de formação das meninas e mulheres professoras daquele educandário; como pela ENRJN, por meio do periódico “O LAVRADOR”. O referido periódico põe em evidência os debates nacionais sobre a importância do ruralismo e da ENRJN, o início das atividades, as mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil e seus respectivos impactos sobre o Ceará e o Juazeiro do Norte, assim como retrata os avanços e retrocessos em termos de educação e, sobretudo o declínio da Normal Rural, sem deixar de abordar de forma rica e contextualizada a experiência da professora Amália, seja na ação docente ou como diretora.

Algumas considerações conclusivas...

Explorar a história das instituições escolares nos remete, entre outras questões, identificar a noção de cultura escolar ou cultura da escola, assim como as demandas que influenciaram a sua organização administrativa e pedagógica, as referências que orientaram e/ou guiaram as suas ações, as formas de articulação com a cultura predominante na sociedade em que se inseriram.

Como lugares de formação, por excelência, as escolas representavam importantes referências no cenário de desenvolvimento da Nação, como observa Monarcha (2009, p. 33): “a instituição escolar torna-se central no conjunto das sociedades, a ela delegando-se a unificação da cultura no quadro de formação da cidadania nacionais”. Para Nóvoa (1995, p. 23) a modernização do sistema educativo passa pela sua descentralização e por um investimento das escolas como lugares de desenvolvimento humano e, conseqüentemente, da sociedade. Este autor observa também a necessidade de erigir as escolas (e os agrupamentos de escolas) como espaços de autonomia pedagógica, curricular e profissional, o que implica um esforço de compreensão do papel desses estabelecimentos como organizações, funcionando numa tensão dinâmica entre a produção e a reprodução, entre a liberdade e a responsabilidade (*id. ibid.*).

Nesse contexto, as instituições criadas no Cariri cearense atingiram suas finalidades, mantendo-se por décadas como lugares de referência na formação de professoras. Destes espaços saíram as principais autoridades educacionais para as cidades daquela região.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Univ. Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In.: DEL PRIORE, M. (org.). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. ARAÚJO, F.M.L. Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professoranas Escolas Normais Rurais do Ceará (1930-1960). Tese [Doutorado em Educação]. Fortaleza: FAGED/UFC/Núcleo de Currículo e Ensino, 2006.
- CAVALCANTE, M. J. M. Lourenço Filho – Do ensino de Pedagogia à reforma da Instrução Pública na terra da literatura (1922-23). In: BASTOS, Maria Helena Câmara e CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Orgs.). **O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará: 1922 - 1923.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.
- CAVALCANTE, M.J.M. A reforma da instrução pública de 1922 no Ceará: impactos sobre Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In.: MIGUEL, M.E.B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J.C.S. (orgs.). **Reformas educacionais:** as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2011 (Coleção Memória a Educação).
- DEL PRIORE, M. (org.). **Histórias das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- JUCÁ, G.N.M. Fortaleza na visão dos idosos: onde o público e o privado se encontram. In.: **Revista O público e o privado**, n. 1, jan./jun. 2002.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, M.D. (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MANOEL, Ivan A. Os Colégios das Freiras Francesas – um exemplo das relações entre Igreja católica e Estado no Brasil (1859-1919). In: CARVALHO, C. H. de e GONÇALVES NETO, W. (Orgs.). **Estado, Igreja e Educação – o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX.** Campinas/SP: Ed. Alínea, 2010.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MONARCHA, C. **Brasil arcaico, Escola Nova:** ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, n. 10. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.
- NÓVOA, A. (coord.). **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, A.X. A escola e o meio a que se destina. In.: A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte no seu **20º Aniversário**. **Anais**, p. 23. Juazeiro do Norte: Mimeo, 1954.
- PIRES, Carlos Manoel Pimenta. Das mortificações da carne ao governo da alma: igreja, modernidade e educação. **Dissertação** (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2009.
- POIRIER, J.E.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAYT, P. **Historias de vida: teoria e prática**. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- SILVA JUNIOR, C. A. Trajetórias da formação de professores. IN: PENITENTE, L. A. de A. e MENDONÇA, S. G. de L. (Orgs). **Políticas para a formação de professores da educação básica: modelos em disputa**. Marília: Of. Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- SOUSA, J. M. Educação rural pela escola primária. In.: **Revista brasileira dos municípios**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.